



PORTARIA Nº 214/2025/SEMUS

VILHENA/RO, 07 DE JULHO DE 2025.

**AUTORIZA A EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO EM UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VILHENA/RO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILHENA**, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 26 da Lei nº 616, de 27 de fevereiro de 1995, o Decreto nº 60.332/2023, e os princípios que regem a Administração Pública;

**CONSIDERANDO** a Resolução CFM nº 2.381/2024, que estabelece que apenas médicos e dentistas registrados nos respectivos Conselhos Regionais podem emitir atestados para afastamento do trabalho;

**CONSIDERANDO** a Resolução CFM nº 1.658/2002, alterada pela Resolução CFM nº 1.851/2008, que estabelece normas para a emissão de atestados médicos;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 1º da Resolução CFM nº 1.658/2002, que define o atestado médico como parte integrante do ato médico, sendo seu fornecimento direito inalienável do paciente;

**CONSIDERANDO** o art. 110 do Código de Ética Médica, que veda ao médico fornecer atestado sem ter praticado o ato profissional que o justifique ou que não corresponda à verdade;

**CONSIDERANDO** que o atestado médico, apesar de sua aparente simplicidade, possui relevância social, ética, jurídica e profissional, e sua emissão deve observar critérios técnicos e legais;

**CONSIDERANDO** o Parecer CRM-PR nº 2.270/2010, que orienta quanto à emissão de Declaração de Comparecimento como o documento adequado nos casos em que não há incapacidade laborativa;

**CONSIDERANDO** o Parecer CFM nº 17/2011, que reconhece a validade da Declaração de Comparecimento como justificativa de ausência ao trabalho, desde que com anuência do empregador, conforme o art. 6º, §1º, “b”, da Lei nº 605/49 (CLT);

**CONSIDERANDO** o Parecer CRM-PR nº 2.772/2019, que reforça que tanto a Declaração de Comparecimento quanto o Atestado Médico, quando emitidos dentro dos parâmetros legais e éticos, podem justificar a ausência do trabalhador por motivo médico;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Autorizar, com base na legislação vigente e nos parâmetros éticos estabelecidos, que as unidades de saúde do Município de Vilhena/RO emitam **Declaração de Comparecimento** a ser entregue aos pacientes pela **recepção da unidade**, nos casos em que, segundo avaliação clínica, **não houver justificativa para emissão de atestado médico para afastamento laboral**, especialmente nos atendimentos classificados como “verde” ou “azul”, conforme o **Protocolo de Manchester**.

**Art. 2º** A Declaração de Comparecimento deverá conter, obrigatoriamente:

I – Identificação da unidade de saúde: nome completo da unidade (hospital, pronto atendimento ou unidade básica);

II – Dados do paciente: nome completo e número de documento oficial (RG ou CPF);

III – Data e horário do comparecimento: registro do horário de entrada e de saída do paciente na unidade;

IV – Assinatura e carimbo: do servidor da recepção ou profissional administrativo autorizado;

V – Clareza e objetividade: o documento **não deverá conter informações clínicas ou relativas ao atendimento, caso o paciente assim manifeste o desejo**, resguardando-se o sigilo e a privacidade.

**§1º** A **Declaração de Comparecimento** não se confunde com o **Atestado Médico**, que é ato exclusivo do profissional médico e somente será emitido quando, segundo avaliação técnica, houver justificativa clínica para afastamento das atividades laborais.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Registre-se, publique-se e cumpra-se,**

(ASSINATURA DIGITAL)  
**WAGNER WASCZUK BORGES**  
Secretário Municipal de Saúde  
Decreto n.º 60.332/2023